

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL NA ÁFRICA OCIDENTAL: UMA VISÃO CRÍTICA

Regional Economic Integration in West Africa: A Critical
View

Lito Nunes Fernandes¹
Jean Christian Boukouna²
José Fernandes Júnior³

1. Introdução

A unidade, a cooperação e integração foram durante todo o tempo o sonho de diversos nacionalistas africanos no passado entre eles Kwame Nkrumah, que no seu livro “A África deve unir-se” já vinha preconizando a questão da integração (Nkrumah, 1977). Porém, apesar da questão da integração estar nos ideais desde o início do pan-africanismo⁴, seu processo só veio ganhar força a partir da década de 1990, como

¹ Doutorando em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bolsista da CAPES, Mestre em Gestão Financeira pela Universidade de Mondragón, professor da Universidade Colinas de Boe (UCB) e do CENFA-Centro de Formação Administrativa de Bissau (litonunes@hotmail.com)

² Mestre em Agronomia pela UFRGS e Engenheiro Agrônomo pela Universidade Nacional de Havana (Cuba) (boukouna@hotmail.com)

³ Funcionário do Ministério das Pescas da Guiné-Bissau. Bacharel em Ciências Sociais pela UFRGS (juniorfer50@hotmail.com)

⁴ O *panafricanismo* é um movimento sociopolítico e ideologia da uma África Unida em prol do desenvolvimento. Nasceu com o despertar dos afros descendentes na diáspora, sobre todo com os descendentes de escravos africanos no caribe e nos EUA. Segundo Ribeiro (2007) inicialmente era voltado para a promoção social e política dos negros na racista América, entretanto com o passar dos tempos voltou-se para a defesa da descolonização e do progresso sócio político da África. O pioneiro desta ideologia foi o sociólogo afro americano Willian E. Dubois, tendo organizado os cinco primeiros congressos pan-africanos, sendo três deles na Europa (1919, 1921, 1923) e um nos EUA em 1927. O primeiro congresso pan-africano realizado no solo africano foi em Manchester em 1945 e, já com participação majoritária e relevante dos líderes africanos, entre eles Kwamen N’krumah, o foco centrou-se mais na descolonização e luta contra o imperialismo. Neste congresso, igualmente se acordou a criação de uma organização supranacional que velasse pelos interesses africanos, fato que se concretizou com a criação da Organização para a Unidade Africana (OUA) em 1963 (BADI, 1992).

estratégias de promoção do desenvolvimento, sustentabilidade socioeconômica e a estabilidade política. Sua importância para acelerar e reforçar o desenvolvimento socioeconômico finalmente foi reconhecido depois de um longo tempo pelos tomadores de decisões africanos e atualmente, seus governos estão dando maior credibilidade e atenção aos acordos regionais (EGOSCOZABAL, 2007).

As degradantes condições de vida de uma ampla parcela da população da AO, o forte aumento da desigualdade e pobreza são algumas das questões pelas quais a comunidade local trata de coordenar esforços para lutar contra sua marginalização. Este aspecto, unido a outros não menos importantes como a desvantagem destes países no comércio internacional, devido à existência de barreiras impostas pelos países desenvolvidos (BADI, 2002), faz que se busquem outros mecanismos para tentar resolver a situação crítica enfrentada com carência de serviços públicos e infraestrutura, níveis baixos de indicadores de saúde e educação, desemprego e subemprego.

A integração regional se apresenta desta maneira como uma etapa para a inserção da AO na economia mundial (CNUCED, 2009). Entretanto, convém ter muito cuidado e observar que a busca da cooperação e integração regional por si não pode ser uma solução para Políticas Nacionais de Desenvolvimento e Administrações como as observadas na maioria dos países da região em análise.

Segundo Ocampo (2006) nas negociações internacionais, as opiniões de países pequenos como os da AO praticamente não são considerados e os serviços prestados pelas instituições financeiras internacionais são insuficientes para suas insaciáveis necessidades. A partir disto, esses países poderiam ser ouvidos com mais clareza e contundência, sempre que se expressem coletivamente como região. Convém esclarecer, que mesmo a África Ocidental ser o foco do trabalho, no decorrer deste artigo muitas vezes será usado “África” numa visão geral, com a justificativa de que as questões das diversas regiões africanas não podem ser explicadas sem partir da África como um todo, devido a todos os fatores e especificidades desse continente.

O artigo trabalha com a hipótese de a integração ser a condição *sine qua non* mesmo que insuficiente para o desenvolvimento regional nesta região. O objetivo do mesmo é demonstrar de forma geral e sem o estrito seguimento dos padrões ocidentais,

o desempenho das iniciativas integracionistas na AO, os logros obtidos na corrida para o desenvolvimento apesar da negativa herança da região assim como os obstáculos encontrados. Mesmo consciente de que ainda existem muitas lacunas, a integração regional na AO e, sobretudo, o estabelecimento de uma união monetária numa zona sem as condições prévias, está conduzindo seus membros a uma melhora contínua, opondo desta forma algumas críticas da literatura Ocidental que cataloga de fracassadas as integrações africanas.

O artigo está dividido em seis partes além desta introdução. Na segunda parte são apresentados alguns conceitos relacionados à integração e uma crítica a abordagem ocidental do desenvolvimento e integração africana. A terceira parte apresenta os primórdios da integração africana. A quarta parte mostra a importância da OUA no processo da integração na África. A quinta traz uma visão da África Ocidental junto a seus principais blocos econômicos. Na sexta parte, se debate um tema relevante como as trocas comerciais intra-bloco e as dificuldades encontradas ao longo do processo. Na sétima parte, aparecem as causas e vantagens da integração regional na África Ocidental e na oitava as considerações finais do trabalho.

2. Uma visão crítica da abordagem ocidental sobre a integração africana

A África foi forçada durante muitos anos a ser fornecedor de combustível necessário para a industrialização ocidental, enquanto se condenava a pobreza e ao subdesenvolvimento (ZOCTIZOUM, 2006). Contudo, esses fatores que provocaram atraso no ordenamento das economias e finanças públicas africanas, parecem ser ignorados pelos acadêmicos e cientistas ocidentais (excetuando os de esquerda), na hora de analisar as verdadeiras causas do seu subdesenvolvimento (FERNANDES, 2008).

Segundo Badi (2002), muitos estudos relacionam a situação enfrentada pelos países africanos à ausência da democracia, falta de instituições sólidas e políticas em diversos setores, ausência de infraestruturas e problemas étnicos etc. Estas afirmações não estão longe de serem verdadeiras, devido a um conjunto de fatores adversos encontrados na região. Entretanto, a maior parte da literatura passa por alto alguns

fatores que talvez fossem mais importantes e relevantes que todos os outros normalmente atribuídos ao não desenvolvimento da África. Entre eles, se destacam a dominação que durante séculos foi submetido o continente, o processo de colonização que veio posteriormente e o trato desigual dos países africanos no comércio internacional (KI-ZERBO, 1972).

Quando terminou a Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos disponibilizou uma quantia exorbitante para a reconstrução da Europa destruída, através de um plano bem desenhado chamado “Plano Marshall” que incluía pontos fundamentais para salvar os países europeus devastados pelas duas guerras mundiais. Partindo deste ângulo de visão, a África que foi saqueada ao longo de quase cinco séculos, por que não se idealizou um plano para sua reconstrução ou por que não houve sanções aos países colonizadores ou indenizações aos povos africanos?

É comum ouvir que os países africanos carecem de infraestruturas, de democracia ou que apresentam altas taxas de analfabetismo (FERNANDES, 2008). Porém, as infraestruturas, a democracia e o desenvolvimento não podem ser construídos em um período de 50 anos⁵. Paralelamente, resulta quase impossível erradicar o analfabetismo, se a maioria dos países africanos começou a ter universidades só depois das independências nacionais, tendo em conta que era proibida seu estabelecimento durante a colonização. Numa visão mais realista, seria uma crueldade exigir aos países africanos de estarem no mesmo nível de desenvolvimento com os países de outras regiões.

Também é bom não esquecer que antes da chegada Européia, a África através de seus diversos impérios, reinos e dinastias, contava com instituições bem organizadas e estruturadas. Segundo Filho (2000), a chegada dos europeus não só marcou o início dos contactos entre a civilização européia e africana, mas também significou a destruição das sociedades autóctones que tinham criado instituições próprias e que funcionavam com certa estabilidade.

⁵ Isso de deve porque a maioria dos países africanos conquistou a independência no final da década de 1960 e alguns conseguiram esse fato só em meados da década de 1970, então são estados de aproximadamente 40 anos de vida.

Ao mesmo tempo, segundo o comentário de este mesmo autor, também significou a intensificação da nefasta atividade de escravidão que exauriu a África de braços e mentes por quase cinco séculos. Após a escravidão, o domínio físico e a instituição do sistema colonial retardaram em quase um século a retomada das instituições e do crescimento africano, oprimindo, barbarizando e colonizando territórios e seres humanos, diminuindo as coadjuvantes da sua própria história.

Badi (1992) comenta que o arranque do desenho desenvolvimentista africano iniciou desde a década de 1970, sobretudo com a elaboração de Plano de Ação de Lagos (PAL)⁶, que continha pontos fundamentais para tirar a África da situação onde se encontrava. E, quando o plano começava a dar seus primeiros frutos e a retomada do crescimento e desenvolvimento, apareceu a política ditatorial do FMI/BM denominado Planos de Ajuste Estrutural- PAE, que na verdade não só veio destruir os avanços que a África estava obtendo através de PAL, mas também era uma intenção de abrir as fronteiras africanas e liberar suas economias para a entrada das empresas transnacionais e continuar a perpetuar a dependência africana perante as grandes potências ocidentais (TOUSSAINT E MILLET, 2006).

Os resultados da PAE produziram efeitos perversos. A supressão dos déficits públicos nasceu não do aumento de renda, mas sim da redução ou eliminação dos gastos sociais e dos investimentos públicos (KI-ZERBO, 2000). Ainda este autor corrobora que numa região onde o Estado era o principal investidor, administrador, empresário e elemento chave no processo de desenvolvimento econômico, seu enfraquecimento

⁶ O PAL foi fruto de várias negociações entre a Comissão Econômica das Nações Unidas para África (ECA) e a Organização da Unidade Africana (OUA). Assim, em 1976, a ECA apresentou um plano revisado dos princípios para a instauração de uma Nova Ordem Econômica Internacional na África, adotado pela Conferência dos chefes de Estados e Governos em 1977. Posteriormente, em 1979, teve lugar em Monróvia capital da Libéria um colóquio sobre as perspectivas do desenvolvimento econômico de África para os anos 2000 e no mesmo ano a ECA e a PNUD organizaram um seminário sobre os modelos alternativos do desenvolvimento e estilo de vida para África. Ainda em 1979, a resolução 15ª sessão do Conselho de Ministros da OUA sobre Estratégia de Desenvolvimento para África, foi adotado em Rabat, Marrocos. Todas essas iniciativas concluíram com a segunda sessão extraordinária dos Chefes de Estados e Governos reunidos entre 28 e 29 de Abril de 1980, em Lagos (Nigéria), onde se elaborou um importante documento que continha um Plano de Desenvolvimento africano denominado “Plano de Ação de Lago” cujos principais artífices foram Adebayo Adedej e Edem Kodjo, com colaboração fundamental de Michael B Kingue e Albert Tévoédjré. Esse plano pretendia fazer um balanço dos 20 anos decorridos entre 1960 anos em que muitos países africanos conseguiram sua independência até 1980 e, sobretudo delinear estratégias para o período 1980 a 2000 (FERNANDES, 2007).

devido as PAE gerou situações inéditas de insegurança e decomposição política, ilustradas pelo ressurgimento de conflitos étnicos e pelo bloqueio do processo da democratização em muitos países.

Por outra parte, a implementação de PAE também objetivava afastar os países africanos dos ideais socialistas, tendo em conta que na altura se vivia o clima da bipolaridade (Guerra Fria) e muitos países africanos depois da independência tinham certas inclinações socialistas, por receberem ajudas da extinta Comunidade de Ajuda Mutua Econômica⁷ (ZOCTIZOUM, 2006).

Assim, para frear essa tendência em plena época de Guerra Fria, os EUA atuaram de forma estratégica e destruíram os planos e as ajudas que os africanos recebiam do campo socialista. Segundo Badi (2002) e Ki-zerbo (2000) afirmam que os anos que seguiram as implantações forçadas de PAE foram muito difíceis e complicados para os novos países que estavam se tentando afirmar na arena política e econômica internacional. E, mesmo com todas essas adversidades, as iniciativas africanas de integração continuaram até que na década de 1990, já com maior vontade política dos seus dirigentes, seus dirigentes começaram a idealizar planos mais ambiciosos e viáveis (CNUCED, 2009).

3. Primórdios do processo da integração regional africana

O termo integração econômica que adquiriu maior precisão depois de 1950, significa um processo voluntário de crescente interdependência de economias separadas no sentido de pressupor medidas que conduzem a supressão de algumas formas de dominação (BELASSA, 1961). A integração regional é um processo prolongado e complicado, que requer harmonização de diversos aspetos em diferentes momentos, fases e etapas. Tomando como referência a União Européia, constata-se que foi um processo bem elaborado e articulado que demorou meio século para se consolidar (FERNANDES, 2007). Na África, onde a maioria dos países conseguiu a independência

⁷ A ajuda socialista consistia em apoios militares, econômicos e educacionais⁷, alguns países do bloco, caso de Cuba inclusive enviavam tropas para apoiar as resistências e os movimentos de libertação nacional em vários países africanos.

na década de 1960 e o processo de integração regional só começou a ser visto com mais seriedade na década de 1990, resulta evidente que ainda falta muito caminho por recorrer e tempo para se consolidar.

Existem varias respostas para a explicação de fenômenos integracionistas, podendo ser econômicas, políticas, religiosas, bélicas assim como de segurança e defesa. Para Gilpin (2001), as principais abordagens que os economistas basearam para explicar a integração regional, surgiram no novo institucionalismo e na nova economia política, dependendo do contexto e das circunstâncias, mas, em todas elas existe um fator comum: a cooperação. Segundo aquele autor, a abordagem do novo institucionalismo assume que as instituições internacionais (incluindo as regionais) são estabelecidas para vencer as falhas no mercado, resolver problemas de coordenação e/ou eliminar obstáculos à cooperação econômica.

Em relação ao avanço ou retrocesso do processo integracionista particularmente na África Ocidental, mesmo não seguindo os moldes ocidentais, ademais junto as suas diversidades e especificidades, deve ser analisada e julgada segundo as características e realidades de esta região (ADETULA, 2004). Dito de outra maneira, ela não pode ser considerada fracassada como aparece em algumas literaturas internacionais, mesmo reconhecendo que ainda existem muitos obstáculos que vencer.

Alguns dos motivos da problemática integracionista desta região são associados à corrupção e má governança da própria elite local (BANCO MUNDIAL, 2007), e outros não menos relevantes é responsabilidade do ocidente, sobretudo, devido a fatores como a imposição da já mencionada PAE, (ii) pagamento das dívidas externas e, (iii) o tratamento não igualitário no comércio internacional.

Os antecedentes do regionalismo na África surgiram com a proposta de movimento pan-africanismo de unificação do continente no final do século XIX e início do século XX, mas que ganhou força depois do 5º congresso do pan-africanismo realizando em Manchester em 1945, na qual os líderes africanos presentes reivindicaram a independência nacional dos seus territórios sob o jugo colonial (Ki-zerbo, 1972). A partir dessa data, o movimento pan-africanista passou a ser uma resposta ao processo de dominação colonial e a integração regional africana surgiu como instrumento essencial

á estratégia de descolonização da África na década de 1950. Egoscobabal (2004), afirma que o processo de integração regional africana surgiu de duas formas: (i) em alguns casos, como modo de manutenção da relação colonial entre Estados vizinhos que pertencessem a mesma potência colonial e (ii) em outros, a relação entre os Estados vizinhos apresentava-se como alternativa para superar os obstáculos herdados da colonização.

A particularidade africana motivada por longos anos de saqueios e exploração colonial, pela diversidade étnica e cultural, assim como pela extrema pobreza e sua falta de infraestrutura, fez com que os processos de integração verificada nessa zona sigam outras diretrizes e características próprias das suas realidades. Dito de outra forma, as integrações africanas não deveriam ser comparadas com a integração europeia cujos componentes são países desenvolvidos e de economia avançada (BADI, 2002). Na verdade, a integração europeia é um processo de capitalismo maduro, dirigido pelo capital e nasceu para resolver as expressões das grandes companhias europeias. Já a integração africana formada pelas economias pouco desenvolvidas, tem como principal objetivo o desenvolvimento econômico.

4. O papel da Organização para a Unidade Africana na integração africana

O processo de descolonização e a independência das nações africanas foram mais bem tardios, já que só depois das duas Guerras Mundiais é que começou o processo da emancipação dos países africanos, por isso, a noção de soberania e identidade nacional na visão de Badi (2002) é menos madura em relação a outras regiões em desenvolvimento. Aquele autor, todavia realça que a colonização original também impôs um traçado de fronteiras que desarticulou a natural disposição cultural de tribos e etnias. Encaminhando o raciocínio desta maneira, poderíamos pensar que os países desenvolvidos atuavam e ainda atuam de forma a continuar perpetuando as carências e excessiva dependência ao financiamento dos países africanos. Uma dependência que em última instância atrela miséria e outros problemas hoje enfrentados pelos países africanos.

Durante décadas, a maioria das ações e atenções referentes aos problemas africanos eram resolvidas pelos organismos estrangeiros e, perante esta situação, seus governos começaram a desenhar estratégias que permitissem a amortização desses problemas, mas a escassez de recursos e a precariedade social contribuíram para o não sucesso de muitas iniciativas integracionistas durante esse período (Filho, 2000). Segundo Fernandes (2007), no seio do sentimentalismo africanista, esse fator reforçou ainda mais a idéia de criação de uma organização que zelasse pelo interesse da África, de construir uma África unida e integrada, alicerçada pela integração política, econômica, social e cultural. A própria divisão da África em diferentes “Áfricas” vem da idéia de cada região formar um bloco econômico, com vista formar a verdadeira União Africana (KI-ZERBO, 2000).

Finalmente, essa idéia foi concretizada com a Organização da Unidade Africana (OUA) fundada em 1963⁸ e que teve um papel crucial na integração total do continente (Fernandes, 2008). Assim, os diversos blocos regionais são as estratégias de a África superar os seus desafios de desenvolvimento, porque uma maior sinergia econômica é obtida na medida em que a vantagem econômica de todas as comunidades econômica é maior do que a soma dos benefícios econômicos dos Estados membros de forma separada (ECA, 2008).

Os objetivos da OUA segundo Fernandes (2007) eram: (i) promover a unidade e solidariedade ente os povos africanos, (ii) coordenar e intensificar a cooperação e os esforços para conseguir uma vida melhor para todos os africanos, (iii) defender a soberania, integridade territorial e a independência, (iv) erradicar todas as formas do colonialismo africanos, (v) promover a cooperação internacional.

Filho (2000) corrobora que dentro do pensamento crítico regional africano, a OUA foi substituída pela União Africana (UA), que nasceu como organização com a declaração assinada pelos Chefes de Estados e Governos dos países membros e que ao longo dos seus anos, foi incorporando paulatinamente países à organização, sendo a África do Sul, se converter no quinquagésimo-terceiro membro em 1994. Esse

⁸ A OUA foi fundada no dia 25 de Maio de 1963 em Addis Abeba, capital da Etiópia.

pronunciamento foi conhecido como *a declaração Sirte*⁹, que tinha como ponto central o estabelecimento da União Africana com a finalidade de acelerar o processo de integração continental, assistir e apoiar as nações africanas a jogar um papel mais eficaz na economia global e ao mesmo tempo resolver e atender de maneira certa os problemas comuns no âmbito social, político e econômico do continente.

Junto com a assinatura da Declaração de Sirte, também foi aprovada a “carta normativa” cuja finalidade é reger e regular o normal funcionamento da organização¹⁰, assim como os princípios e objetivos que devem seguir as organizações (Filho, 2000). Desta maneira, a União Africana vem desempenhando as funções antes atribuídas a Organização da Unidade Africana, mas de forma mais ajustadas às realidades da atual globalização.

⁹ A Declaração de Sirte teve lugar no dia 9 de Setembro de 1999, data que é qualificada por muitos africanos como um evento transcendental na evolução institucional do continente. Depois desse evento, por unanimidade dos Estados membros, a V Conferência Extraordinária da OUA/CEA celebrada igualmente no Sirte, nos dias 1 e 2 de Março de 2000, aprovou uma decisão na qual se declarava o estabelecimento da União Africana, onde os Chefes de Estados e Governos pontuaram que os requisitos legais para a União se iam cumprir com o depósito do trigésimo - sexto instrumento de ratificação da Ata Constitutiva da União Africana. A África do Sul depositou seu instrumento de ratificação da Ata Constitutiva da União perante a Secretaria Geral da OUA no dia 23 de Abril de 2000 para desta maneira se converter no trigésimo-quinto estado membro em realizá-lo. No momento em que depositou sua ratificação, a África do Sul converteu-se no membro fundador da União Africana. No dia 26 de Abril de 2000, a Nigéria se converteu no trigésimo sexto Estado membro em depositar seu instrumento de ratificação e com isso, cumpriu-se o requisito de dois terços e a Ata entrou em vigor no dia 26 de Maio de 2001 (Filho, 2000).

¹⁰Na carta estão estabelecidas as idéias, princípios e objetivos que deve perseguir a organização para satisfazer o bem comum assim como as suas regras de procedimento. Também na mesma se observa precisões sobre imposições de sanções no caso de não cumprimento do acordado pelos países membros, sendo o francês e o inglês as línguas oficiais da organização.

Tabela 1. Alguns indicadores dos países da África Ocidental

Países	População (Milhões Hab)	Taxa de Crescimento do PIB (% do PIB)				PIB <i>per capita</i> (Dólar USA)
		1992/01	2007	2008	2009	2009
Benin	8,6	4,7	4,6	5,0	2,7	361
Burkina Faso	13,5	5,1	3,6	5,2	3,2	293
Cabo Verde	0,5	7,3	7,8	5,9	4,1	1784
Costa de Marfim	20,2	3,3	1,6	2,3	3,8	532
Gâmbia	1,8	4,6	6,3	6,1	4,6	391
Gana	25,0	4,3	5,7	7,3	3,5	345
Guiné-Bissau	1,7	0,8	0,3	3,5	3,0	287
Guiné-Conacri	23,5	4,3	1,8	4,9	-0,3	369
Libéria	3,2	N.D	9,4	7,1	4,6	151
Mali	12,5	3,9	4,2	4,9	4,5	319
Níger	12,5	1,5	3,4	9,3	-0,9	183
Nigéria	150,0	2,7	7,0	6,0	5,6	655
Senegal	13,5	3,3	4,8	2,3	1,5	513
Serra Leoa	6,5	-5,3	6,4	5,5	4,0	254
Togo	6,0	0,6	1,9	1,8	2,5	224

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da UEMOA (2009)

São países de rendimento baixo, alguns mais populosos como a Nigéria com aproximadamente 150 milhões de habitantes e outros como Cabo Verde com tão só 500 000 habitantes. Grandes parcelas de suas populações vivem abaixo da linha da pobreza fato que pode ser corroborado na análise da Tabela 1, onde se observa que a renda *per capita* anual gira em torno dos 300 dólares norte-americanos, com exceção de Cabo Verde (CNUCED, 2009).

Os países da região estão agrupados na Comunidade Econômica de Desenvolvimento dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) ou *Economic Community of West African States* (ECOWAS), que nasceu com a idéia lançada inicialmente por William Tubman ex-presidente de Libéria em 1964 e se concretizou com a iniciativa de Nigéria e Togo, levando a assinatura do acordo em Lagos, capital da Nigéria em 25 de Maio de 1975, que acabou por ser denominado “Acordo de Lagos” (DE LA VEGA, 2007).

A CEDEAO foi resultado dos esforços da integração iniciada na década de 1960, cujo gênese englobava algumas iniciativas como: (i) o projeto liberiano, que preparou a Organização Interina para a Cooperação Econômica da África Ocidental; (ii) a Conferência para a coordenação industrial, realizada em Bamako, capital do Mali e patrocinada pela Comissão Econômica para a África e pela Organização para a Agricultura e Alimentação (ECA/FAO-ONU), que visava principalmente o estabelecimento da indústria siderúrgica da região; (iii) Conferência da Niamey, capital do Níger, igualmente patrocinada pela ECA-ONU, que objetivou aumentar o alcance da integração econômica regional, ampliando a atuação da Comunidade Econômica da África o Oeste (CEAO), organização então atuante nos ex-territórios franceses (FILHO, 2000).

Para CNUCED (2009) e Filho (2000), desde o ponto de vista institucional, a organização da comunidade estruturou-se de forma a tentar dinamizar os projetos, adotando a distribuição das funções entre vários órgãos como são: (i) Conselho dos Chefes de Estados e Governos, (ii) Conselhos de Ministros, (iii) Parlamento Comunitário, (iv) Conselho Econômico e Social, (v) Corte de Justiça da Comunidade, (vi) Secretaria Executiva, (vii) Fundo para Cooperação, Compensação e Desenvolvimento, (viii) Agência Monetária da África Ocidental e, (ix) Comissões Técnicas Especializadas.

Com vista a levar em frente o desenvolvimento regional, os objetivos da CEDEAO são: (i) promover a cooperação e a integração em todos os âmbitos da atividade econômica com o fim de elevar o nível de vida dos seus povos, (ii) manter e aumentar a estabilidade econômica, (iii) reforçar as relações entre os Estados membros

e, (iv) contribuir para o desenvolvimento do continente africano. O tratado de CEDEAO prevê igualmente a harmonização e coordenação de políticas nacionais; a criação de um mercado comum mediante liberalização dos intercâmbios comerciais; estabelecimento de uma tarifa exterior comum e uma política comercial comum, a eliminação dos obstáculos a livre circulação de pessoas, bens e serviços; a criação de uma União Africana (UEMOA, 2006).

No momento inicial da sua criação, os objetivos da CEDEAO eram basicamente o desenvolvimento econômico. Mas, ao longo do tempo, os aspetos políticos, a paz e a segurança, se converteram progressivamente numa prioridade para organização, motivados pelos constantes Conflitos Civis em alguns países (De La Vega, 2007). Em 1990, foi criado a ECOMOG - a força de acompanhamento da paz, uma iniciativa que demonstrava a vontade dos chefes de Estados e Governos de responderem efetivamente a instabilidade regional. Desde então, ECOMOG tem feito intervenções em conflitos como da Libéria, Serra Leoa, Guiné-Bissau, Togo, Costa de Marfim etc.

Independentemente da grande agrupação regional que é a CEDEAO, os países da região ainda estão subdivididos em outros dois blocos: (i) a União Económica e Monetária dos Estados da África Ocidental (UEMOA) - formada pelos países francófonos com exceção da Guiné-Bissau e, (ii) West African Monetary Zone (WAMZ) - conformada pelos países da colonização inglesa com exceção da Guiné-Conacri. Ou seja, os dois subgrupos dentro da CEDEAO representam uma fase preparatória para o estabelecimento de uma moeda única na África Ocidental até 2015 que seria o ponto de partida do sonho africano de ter um mercado único com uma moeda única em 2028 (UEMOA, 2009).

Tabela 2. Indicadores Educacionais da CEDEAO

Indicadores/Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Tax Escol Bruta Ensino Prim.	78,9%	81,0%	86,3%	90,9%	93,8%	97,7%
Tax Freq Liq. Ensino Prim.	63,0%	65,0%	68,2%	70,9%	73,7%	76,6%
Tax Analf. Adultos	63,5%	62,0%	58,2%	56,0%	53,8%	51,7%
Tax Analf. de 14-24 anos	44,6%	43,0%	38,9%	36,6%	34,3%	32,3%
Tax Analf. Mulheres >15anos	70,1%	72,0%	68,3%	66,1%	63,9%	61,8%
% Meninas na Escola Prim.	43,1%	43,5%	45,5%	46,9%	48,3%	49,7%

Fonte: UEMOA (2009)

A análise da Tabela 2 permite ver alguns avances em termos de indicadores sociais da AO. Por exemplo, se analisamos os indicadores educacionais, podemos constatar que a taxa de analfabetismo nos adultos reduziu em quase 10%, saindo de 63,5 para 51,7 % assim como a taxa de escolarização no ensino primário aumentou em quase 20% entre 2005 e 2009.

Um dos logros importantes a ter em conta é a redução da mortalidade infantil como se pode ver na Tabela 3, saindo dos 103 mortes por cada mil nascidos vivos em 2004 para 70,4 em 2009. Para esta região, esses avanços são significativos e muito importantes para as autoridades locais no cominho do desenvolvimento. Todos esses avanços contribuíram na diminuição do impacto da pobreza, que até 2004, atingia a quase 44% da população da região e hoje essa cifra caiu para 34,8%.

Tabela 3. Indicadores sociais da CEDEAO

Indicadores/ANO	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Esperança de vida ao nascer	47,5	48,0	49,1	49,6	50,1	50,6
Mortalidade infantil/1000 nascidos	103,0	103,0	93,5	84,8	77,1	70,4
Taxa Mortalid <5 anos c/1000 nasc.	87,0	87,0	82,1	76,4	71,3	70,4
Tax Desnutrição crianças < de 5anos	22,0	22,0	20,8	19,7	18,6	17,6
Impacto da pobreza	44,0%	43,4%	42,4%	40,7%	37,9%	34,8%
IDH	0,324	0,334	0,352	0,363	0,375	0,398

Fonte: UEMOA (2009)

5.1 União Econômica e Monetária dos Estados da África Ocidental (UEMOA)

A UEMOA foi criada por um tratado assinado pelos chefes de Estados e Governos do Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo no dia 10 de janeiro de 1994 em Dakar, com a perspectiva de uso da moeda comum: o franco CFA. O tratado entrou em vigor no dia 1 de Agosto de 1994 após a ratificação pelos Estados membros e a Guiné-Bissau se converteu no oitavo Estado membro com a sua adesão no dia 2 de Maio de 1997. A UEMOA é representada por um simbolismo de crescimento, união, solidariedade e a complementaridade entre os membros (UEMOA, 2006).

Os objetivos da UEMOA são: (i) reforçar a competitividade das atividades econômicas e financeiras dos Estados membros no quadro do andamento e abertura concorrencial num ambiente racional e harmônico; (ii) assegurar a convergência das performances e políticas econômicas dos Estados membros para o estabelecimento de um procedimento de vigilância multilateral; (iii) criar entre os Estados membros um mercado comum baseado na livre circulação das pessoas, bens, serviços, capital e o direito de estabelecimento de trabalhadores assalariados ou privados, assim como uma política comercial e tarifa exterior comum; (iv) instituir uma coordenação das políticas setoriais nacionais para a missão de abertura das ações comuns e eventualmente as políticas comuns, sobretudo dentro dos seguintes domínios: recursos humanos, controle espacial, agricultura, energia, indústria, minas, transporte, infra-estrutura e telecomunicação; (v) harmonizar na melhor medida o bom funcionamento do mercado comum, as legislações dos Estados membros e particularmente o regime de fiscalização (UEMOA, 2006).

A UEMOA se caracteriza pelo reconhecimento de uma moeda única: o Franco da CFA¹², cuja missão é atribuída ao banco central da União (BCEAO). Os organismos

¹² O franco CFA, a denominação da moeda comum dos 14 países membros da zona franco, dividido em duas partes: (i) a UEMOA integrada por Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo; (ii) a CEMAC - Comunidade Econômica Monetária da África Central integrada por Camarões, Chade, Congo, Gabão, Guiné-Equatorial e República Centro Africana. O franco CFA nasceu em 26 de Dezembro de 1945, o dia em que a França ratificou os acordos de Breton Woods e efetuar a sua primeira declaração de igualdade no FMI. Neste período inicial CFA significava “Colônias Francesas de África” e o franco CFA significava- franco das colônias francesas da África. Em 1958, o

que garantem o funcionamento da UEMOA são: a conferência dos chefes de Estados e Governos, o Conselho de Ministros, a Comissão Bancaria e o Conselho Regional de Poupança e Mercados Financeiros. A Conferência de Chefes de Estados e Governos é a suprema autoridade da União e decide sobre a adesão de novos membros e toma decisões sobre questões submetidas ao seu parecer pelo Conselho de Ministros. O Conselho de Ministros se encarrega pela direção da união, onde cada país membro é representado por dois ministros, mas apenas o ministro de fazenda tem o direito do voto (UEMOA, 2009).

5.2 West African Monetary Zone (WAMZ)

Um dos objetivos da CEDEAO desde o início, era uma integração cada vez maior dos países da região. E, como já existia uma zona integrada dentro da região, a UEMOA, isso declinou muito a balança para que o resto de países da região que não fazem parte da UEMOA criasse outra união monetária. Em 2000, Gana e Nigéria começaram uma série de contactos com vista à formação de uma segunda zona monetária na África Ocidental (WAMI e IMAO, 2003). A iniciativa destes dois países alcançou uma maior relevância com a reunião dos chefes de Estados e Governos de Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Nigéria e Serra Leoa, realizada no dia 15 de Dezembro de 2000 em Bamako, a capital do Mali. Os mandatários desses países assinaram um acordo que objetivava harmonizar suas políticas econômicas e criar uma união monetária.

Como resultado, no dia 20 de Abril de 2002, foi assinado a Declaração de Accra e com ela, a constituição da segunda zona monetária na África Ocidental (WAMI, 2008). Para WAMI e IMAO (2003), a WAMZ tem como objetivo, estabilizar uma união monetária caracterizada por um banco central comum que substitua os bancos centrais de cada um dos cinco países.

CFA mudou de denominação passando a ser chamada “Comunidade Francesa da África”. Na atualidade, essa denominação mudou de significado, passando a significar “Franco da Comunidade Financeira Africana” para os países da UEMOA e “Franco de Cooperação Financeira em África Central” para os países da CEMAC.

Os órgãos diretivos a WAMZ são: (i) Autoridade de Chefes de Estados e Governos, a autoridade máxima e se reúnem uma vez ao ano; (ii) o Conselho de Convergência, que representa a autoridade política e esta composta de quatro ministros por país representando os Ministérios de Relações Exteriores, do Comércio, da Integração Regional e Cooperação; pelos governadores dos bancos centrais de cada um dos cinco países e da secretaria da CEDEAO; (iii) o Fórum de Ministros de Finanças, que corresponde ao órgão consultivo que permite uma maior participação do Ministério de Fianças nos programas da zona; (v) o Comitê dos Governadores dos bancos centrais dos cinco países, que na pratica atuam como supervisores técnicos da união (WAMI, 2008).

Balogun (2009) comenta que existe ainda outro órgão importante chamado “Comitê Técnico”, um grupo de expertos que visualiza, reporta e faz propostas á consideração do Comitê de Governadores e Conselho de Convergência e é composto por representantes dos membros do conselho da convergência assim como do secretario da CEDEAO.

O Instituto Monetário da África Ocidental (IMAO) tem como objetivo facilitar a criação de um novo banco central, no qual circularia a moeda comum entre os cinco países e suas funções serão: (i) promover uma preparação para a extinção do Banco Central do Oeste Africano (WACB); (ii) monitorar e assessorar a observância do critério de convergência para os países da WAMZ; (iii) adotar a estabilidade de preços como objetivo do banco central da união e fortificar a coordenação da política monetária com vista a lograr os objetivos traçados; (iv) fazer os preparativos necessários para a condução de uma política monetária comum e; (v) realizar preparativos para a emissão da moeda comum (WAMI, 2008).

As principais funções do Banco Central do Oeste Africano (WACB) são: emissão da moeda ECO, condução da política monetária e manejar reservas estrangeiras da união. A sede do banco central se localizará em Accra, Gana. A WAMZ estava prevista para concluir em Dezembro de 2009, mas essa data foi adiada, sendo que estes impasses resultam ser da ausência do consenso nas políticas de convergências (BALOGUN, 2009).

6. Causas e vantagem da integração regional na África Ocidental

A atual literatura tem debatido enormemente sobre os verdadeiros objetivos e causas perseguidos pela integração. Duas das principais considerações teóricas que justificam a formação dos blocos regionais são os efeitos da alocação e os efeitos da acumulação, resultante da livre troca entre um grupo de países que formam um bloco (Fernandes, 2007). Desde uma perspectiva econômica, a integração regional deve ser entendida, como um instrumento de desenvolvimento, competitividade ou crescimento e, segundo Torrent (2006), esse fim é perseguido através de uma série de objetivos intermédios, normalmente analisados desde dois pontos de vista. Em primeiro lugar, aumenta a competência e provoca economias de escala como resultado da ampliação do mercado e com estreitamento do contrato entre produtores de distintos Estados membros. Em segundo lugar, a integração muda os padrões dos fluxos comerciais assim como a localização da produção.

Freitas e Prates (2001) alegam que o financiamento do desenvolvimento pressupõe a existência de um sistema bancário organizado e mercados financeiros bem integrados que possibilite inter-relações complexas entre os agentes econômicos. O sistema financeiro da CEDEAO e da UEMOA em particular que apresenta um banco central único, as decisões de investimento, responsáveis pela criação de riqueza material da sociedade, apóiam-se no sistema bancário e financeiro. Paralelamente, também existem algumas instituições autônomas especializadas como o Banco Oeste Africano do Desenvolvimento (BOAD), o Banco Regional de Solidariedade (BRS) e o ECOBANK (UEMOA, 2006).

O BOAD se destaca sobre o resto, por ser a instituição comum de financiamento do desenvolvimento dos Estados membros, promovendo o desenvolvimento equilibrado através de financiamentos de projetos prioritários. Os projetos financiados pelo BOAD são também para melhorar as infraestruturas como barragens hidroelétricas, linhas ferroviárias, construção e pavimentação de estradas (sendo que este meio é a principal via usada para transportar mercadorias importadas e exportadas); construções de escolas e hospitais, que permitem reduzir o alto índice de analfabetismo e redução de doenças e epidemias predominantes na região (UEMOA, 2009). O maior acesso ao financiamento

permitiu a concretização de muitos projetos, que na realidade vem agregando mais empregos para a população e melhorar as escassas infra-estruturas existentes.

As reformas econômicas no seu conjunto na África Ocidental se complementaram com mudanças especificamente orientadas a melhorar o funcionamento do mercado de capital, com a criação de agências de supervisão e o estabelecimento de leis contra o abuso de informação privilegiada (União Africana, 2008). Atualmente na região existe uma importante dinâmica e formulação, aprovação e vigência de legislações financeiras que têm acompanhado o processo de modernização e inovações como os observados nos grupos financeiros e bancos, assim como os instrumentos financeiros e instituições associadas (UEMOA, 2009).

Para UEMOA (2006), a modernização dos sistemas financeiros desde a formação da UEMOA em 1994, assim como à criação de novos instrumentos de pagamentos, facilitaram as transações e reduziram os custos de informação, dando como resultado, maior eficiência na intermediação financeira. A partir deste fato, os pagamentos dos salários que antes eram feitos pessoalmente - inclusive alguns funcionários públicos tinham que deslocar das suas cidades até a capital, para poder receber seus salários-, atualmente esses salários são depositados diretamente nas contas bancárias dos funcionários. Também a partir de 2000 iniciou-se a utilização das caixas eletrônicas para os saques, depósitos e transferências, facilitando ainda mais os movimentos financeiros que décadas anteriores pareciam quase impossíveis.

Outro fator a destacar na região, é a existência desde 2000 de uma Tarifa Exterior Comum (TEC)¹³ aplicado a todas as mercadorias provenientes do exterior da região e que entram no território aduaneiro, envolvendo também a harmonização das zonas de livre comércio, acordos comerciais bilaterais com países não membros da CEDEAO (PLUNLETT, 2006). Para este autor, a TEC visa alcançar objetivos como (i) a abertura do espaço da UEMOA ao exterior, (ii) proteção da produção comunitária e (iii) a luta contra o desvio dos fluxos comerciais. Também a TEC proporciona aos estados membros um método compatível com os regulamentos da OMC para lutar

¹³ Os quatro níveis de taxas aduaneiras estabelecidas pela TEC da UEMOA são 0%, 5%, 10%, 20% baseadas no grau de transformação de produtos e outras considerações.

contra os surtos da importação, assim como proporcionar um meio para enfrentar a concorrência desleal dada às importações dos produtos agrícolas e alimentares; consequência do elevado subsídio dos países desenvolvidos.

A Tabela 4 apresenta os indicadores econômicos da AO. A análise dos dados ali contidos nos permite perceber os tímidos progressos que a região vem alcançando, muito embora o ritmo de aceleração seja muito lento. Em alguns aspectos como crescimento do PIB real, a região cresceu de 3,1% em 2004 para 6,7% em 2009, ou seja, representa mais de 50% do crescimento, algo significativo para a AO. Outro aspecto relevante nessa análise é que mesmo num ritmo moderado, a renda per capita, a poupança e o estoque de capital também estão crescendo, e a dívida vem caindo, significativamente nesse período.

Tabela 4. Indicadores Econômicos da CEDEAO

Indicadores/Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Taxa de Crescimento Real do PIB	3,1%	3,6%	4,12%	5,0%	6,4%	6,7%
Taxa de Investimento	14,2%	15,1%	15,9%	18,4%	20,1%	21,9%
Taxa de Cres. Estoq de capital	1,61%	1,54%	2,70%	2,96%	3,59%	4,28%
Exportações intra-bloco	13,8%	13,8%	11,2%	11,2%	11,8%	12,1%
Comércio intra-bloco	11,7%	11,9%	10,4%	10,8%	12%	13%
Dividas em Percent. do PIB	68,9%	64,9%	59,1%	54,0%	49,3%	44,4%
Taxa de Poupança	7,7%	10,9%	11,8%	11,3%	11,4%	11,4%
Renda per capita (dólar EUA)	276,3	279,4	283,0	289,5	300,3	312,6

Fonte: UEMOA (2009)

7. Trocas comerciais e obstáculos da integração na África Ocidental

Como corrobora CODERSIA (2009), durante os primeiros intentos de integração, os países desta região ainda estavam sob a direção da ditadura colonial, entretanto, estes fatores por si só, não são suficientes para justificar o lento avanço nas questões integracionista na AO. Dito de outro modo, outras questões têm que ser adicionadas a essa problemática e entre elas, estão às medidas aplicadas sem rigor

científico, motivada em parte pela carência de conhecimento e implementação e arranjos defeituosos de Políticas Nacionais de Desenvolvimento.

Egoscozábal (2007) comenta que a maior parte de iniciativas de integração regional que surgiram no contexto da descolonização teve um escasso desenvolvimento e entre as causas estão: (i) o estabelecimento como prioridade da construção de Estado-nação acima de estabelecimentos de laços de cooperação com outros países; (ii) a vontade política de não cessão de soberania em temas considerados fundamentais como desenvolvimento, segurança nacional, prestígio etc.; (iii) heterogeneidade política entre os países cujas pautas ideológicas marcavam diferentes políticas econômicas; (iv) a divisão entre os próprios países africanos, como consequência dos diferentes acordos com os países ocidentais.

Depois de um começo tumultuoso e estático em relação à década passada, as trocas comerciais na África Ocidental têm vindo aumentar sua percentagem, muito embora de forma muito tímida como já referido anteriormente. A tabela 5, que traz os dados das trocas comerciais entre os diversos blocos regionais, nos corrobora essa idéia. Segundo Banco Mundial (2007), em 1970, a percentagem de trocas comerciais entre os países da África Ocidental era de 2,9% e na atualidade essa cifra alcança os 13% entre os membros de CEDEAO e 14% para os países da UEMOA.

Tabela 5. Comércio entre os blocos regionais da África Ocidental em comparação com outras regiões (% das exportações totais)

Blocos/Ano	2002	2004	2005	2006	2007	2008
CEDEAO	11,1%	11,7	11,9%	10,4%	10,8%	12%
UEMOA	12,6%	11%	12%	12,2%	12,4%	14%
CEEAC	1,3%	n.d	n.d	1,4%	n.d	n.d
CEMAC	1.3%	n.d	2.0%	4%	n.d	n.d
SADC	12,6%	11%	12%	12,2%	n.d	14%

Fonte: Elaboração própria segundo os dados de CEDEAO e UEMOA

Nota: CEMAC- Comunidade Econômica e Monetária da África Austral, COMESA – Mercado comum da África Orienta e Austral, CEEAC- Comunidade Econômica e Monetária dos Estados da África Central, SADC- Comunidade do Desenvolvimento da África Austral.

Ainda a Tabela 5 nos permite ver que tanto a CEDEAO como a UEMOA são dois dos blocos africanos que conseguiram manter a percentagem e ritmo constante de comércio intra-bloco acima dos 10%. Portanto, em comparação com outras regiões, resulta evidente que a África Ocidental está mais avançada nesse aspecto com exceção da SADC, que desde a entrada da África do Sul, vem aumentando paulatinamente e de forma estável os intercâmbios comerciais. São essas baixíssimas percentagens de trocas comerciais que induzem aos críticos ocidentais a catalogarem de fracassadas as integrações africanas. No entanto, analisando todas as adversidades e a especificidade da região, esse aumento resulta ser muito significativo e importante (Adetula, 2004).

Pergunta-se porque a escassa troca comercial? A preferência de maior troca comercial com as grandes potências ocidentais pode ser encontrada em que ainda continua persistindo uma forte ligação com as ex-metrópoles ademais, não existe uma consciência generalizada no seio da população e dos governos sobre os verdadeiros objetivos da integração. Paralelamente, a questão da dívida externa esta desestabilizando as verdadeiras intenções das trocas regionais entre os membros dos blocos. Neste sentido, Toussaint e Millet (2006) comentam que muitas vezes, resulta mais estratégico comercializar com os países industrializados, até porque algumas medidas discriminatórias e ditatórias do FMI/BM obrigam estes países usar os empréstimos recebidos para cancelar as dívidas, que majoritariamente são contraídas com as empresas ou governos ocidentais.

Na questão de medir o desempenho da cooperação regional e integração, a União Africana e Comissão Econômica das Nações Unidas para África (ECA) fizeram um amplo estudo sobre o tema e depois publicaram as respostas através de uma serie de publicações denominadas: ARIA I, ARIA II, ARIA III (ECA, 2006). Para esta importante instituição africana, nestas publicações são analisados e apresentados os progressos dos processos integracionistas de forma geral e também por setores

específicos conforme a visão da União Africana, assim como os obstáculos que impossibilitaram mais avanços. Algumas das conclusões de estas publicações indicam que escassa liberalização de comércio é explicada pela resistência de alguns países membros na hora de aplicar o plano harmonizado de eliminação de tarifas (CODERSIA, 2009).

Para a União Africana (2008), também convém destacar a fragilidade das infra-estruturas¹⁴, sobretudo a insuficiência das redes de comunicação e o alto custo de transporte, na explicação do pouco dinamismo de trocas comerciais na região. Finalmente, se menciona o aumento do “efeito spagueti¹⁵” mediante a multiplicidade de organizações e mecanismos criados com este fim, que se justapõem e dissipam os esforços dos escassos recursos, complica ainda mais os trabalhos da harmonização e coordenação de políticas; isto porque em media, todos os países da região pertencem a dois ou mais agrupações regionais.

8. Considerações finais

A integração regional na África Ocidental caracteriza-se pela associação formal de países geograficamente próximos e uma forte tendência a aproveitar o legado deixado pela era colonial. Todos os países da AO com a exceção da Mauritânia fazem parte da CEDEAO. Atualmente, os governos locais ao contrário do passado, apostam fortemente no fenômeno da integração e o mesmo é visto como uma das vias para o desenvolvimento.

Até poucos anos atrás, muitos países da região não dispunham de bancos e os sistemas financeiros de forma isolados eram muito precários. Atualmente, as reformas econômicas regionais no seu conjunto se complementaram com mudanças especificamente orientadas a melhorar o funcionamento do sistema financeiro e

¹⁴ Na África Subsaariana somente 13% das estradas estão pavimentadas, sendo que o transporte via estradas (terrestre) constitui o principal meio usado nas relações comerciais.

¹⁵ Efeito *Spaguetti bowl*, termo acunhado pelo professor Bhagwati, referendo a forma ineficiente que teriam os produtos semi-processados de movimentarem através das redes de acordos regionais, tratando de encontrar acesso ao mercado final a preços mais baixos.

econômico permitindo sua modernização que trouxe como conseqüências um incremento da circulação de quase dinheiro no sentido amplo.

O estabelecimento da moeda única (Franco CFA) e um Banco Central (BCEAO) nos países da UEMOA que permite a coordenação conjunta das políticas monetárias, fiscais e cambias da união, constitui um aspecto muito importante a ter em conta. Igualmente, para os países da ZMAO, já existe um banco central único muito embora ainda não iniciasse seu funcionamento.

O sistema financeiro da AO conta ademais com a existência de muitos bancos comerciais, permitindo desta forma, maior acesso ao financiamento, sobretudo, para a população rural. Esse maior acesso ao financiamento permitiu a concretização de vários empreendimentos, que na realidade vem agregando mais empregos e melhoras de níveis de vida. O BOAD, que representa a instituição que financia os projetos destinados para promover o desenvolvimento dos países da região, sobretudo nos projetos para a melhora de infraestruturas como barragens hidroelétricas, linhas ferroviárias, construção e pavimentação de estradas construções de escolas e hospitais, vem realizando atividades dignas de louvar.

Também a existência de uma Tarifa Exterior Comum aplicado a todas as mercadorias provenientes do exterior, fornece o uso de instrumentos à concorrência desleal dada às importações dos produtos agrícolas e alimentares, conseqüência do elevado subsídio dos países desenvolvidos. Por outra parte, a existência de uma política agrícola comum (PAC) que permite os agricultores locais, discutir seus problemas de forma conjunta, fortalece ainda mais suas aspirações e interesses coletivos.

A África Ocidental é sem duvida é a região africana que mais tem avançado com respeito à liberdade de movimentos de pessoas, num espaço sócio-cultural que se caracteriza por uma mobilidade transnacional. No entanto, estes ligeiros logros não devem esconder as inúmeras lacunas existentes nesta região sendo que grande parte de sua população enfrenta problemas de pobreza.

Neste sentido, seus governos devem continuar a criar instituições credíveis e fortes, cumprir sua responsabilidade, sobretudo na questão democrática e prevenção de conflitos (Guiné-Bissau e Costa do Marfim). No âmbito externo, um dos desafios

importante é sem dúvida melhorar a capacidade de diálogo e negociação nos eventos internacionais. Em suma, devem ser criadas regras do jogo que influenciam o desenvolvimento regional, melhorando as infra-estruturas e continuar o processo da convergência nos mecanismos regulatórios.

Conclui-se a partir destas reflexões, que independentemente das estatísticas da região em termos de comércio não apresentar cifras comparáveis com outras regiões, apesar de todos os problemas de pobreza e subdesenvolvimento enfrentado pela sua população, e mesmo que a integração regional na AO não siga os padrões ocidentais, o estabelecimento de uma união monetária já em funcionamento e outra por funcionar numa zona sem condições mínimas por si só, é um êxito, opondo desta forma algumas críticas da literatura ocidental que sempre catalogam de fracassadas as integrações africanas. Ademais, alguns dados estatísticos demonstram que mesmo de forma tímida, os indicadores da região estão melhorando continuamente em diversos sectores.

REFERÊNCIAS

ADETULA, Victor A. regional integration in Africa: prospect for closer cooperation between West, East and Southern Africa. *IDASA/FREDSKORPSET* Research Exchange Program Governance and Democracy. Johannesburg; May, 2004.

ARYEETAY, Ernest. Regional Integration in West Africa. Research programme on: Integration and Co-operation in Sub-Saharan Africa. *OECD Development Center*. Working Paper No. 170, March, 2001.

BADI, Mbuyi K. *Ideologías y Experiencias de Integración Regional en África: problemas e perspectivas*. Tesis Doctoral. Facultad de Ciencias Políticas, Departamento de Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales de la Universidad Complutense. Madrid, 1992.

_____. Neoliberalismo, *África*. Setembro, 2002.

BANCO MUNDIAL. Integração Regional em África. Notas de antecedentes para reunião de consultas sobre integração regional. *Banco Mundial*, 2007.

BELASSA, Bela. *Teoria de Integração Econômica*. Lisboa: Livraria Clássica, 1961.

- BALOGUN, Emmanuel D. Determinants of West African Monetary Zone (WAMZ) countries global export trade: do foreign reserves and independent exchange rates matter? *MPRA- Munich Personal RePEc Archive*, Paper N° 12929, January, 2009.
- CNUCED. Le développement Economique en Afrique: Rapport 2009-Renforcer l'intégration économique régionale pour le développement de l'Afrique. *Conférence des nations unies sur le commerce et le développement*, 2009.
- CODERSIA. Consolidation et renouveau de la Recherche Sociale em Africa : Document du plan stratégique pour la période 2007-2011. *Conseil pour le développement de la recherche en sciences sociales en Afrique*, 2009.
- DE LA VEGA, L. *Actores Regionales y Subregionales en África Subsahariana: socios y líneas de trabajo potenciales para la cooperación española*. Madrid: Fundación Carolina – CeALCI, 2007.
- ECA. Análise Regional de Financiamento e Desenvolvimento: Perspectivas dos Países Africanos no Consenso de Monterrey. Addis Abeba, *Comissão Econômica das Nações Unidas para África*, 2008.
- ECA/AFRICAN UNION. Assessing regional integration in Africa II. Rationalizing Regional Economic Communities. *Economic Commission for Africa*. Addis Ababa, 2006.
- EGOSCOZABAL, Ainhoa. *Regionalismo, globalización e pobreza: alternativas para el desarrollo de los países africanos*. Madrid, IX Reunión de Economía Mundial, 2007. Disponível em: <http://www.uam.es/otros/ixrem/11-Marin.pdf> . Acesso em: 20 de Out, 2010.
- FERNANDES, Joel. *A Integração Econômica como Estratégia para o desenvolvimento econômico na África Ocidental*. Dissertação apresentada na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Abril, 2007.
- FERNANDES, Lito N. Las Raíces Históricas del Atraso Económico en África Subsahariana. *Textos de Economía*. Florianópolis, v.11, n.1, p.11-38, 2008.
- FREITAS, M^a Cristina; PRATES, Daniela. As restrições das novas regras do Comitê de Basileia sobre as condições de financiamento dos países periféricos. *Econ. Ensaios, Uberlândia*, vol.15, n.2, p. 59-93, 2001.
- FILHO, Pio. Integração Econômica no continente africano: ECOWAS e SADC. Cena internacional. *Revista de Análise em Política internacional*, vol.2, n.2, 2000.

GILPIN, Robert. *Global Political Economy-Understanding the International Economic Order*. Princeton: Princeton University Press, 200.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra II*. Paris: Publicações Europa América, 1972.

_____. Governança Mundial. El marco histórico de la gobernanza en África. *Caravana: para un mundo responsable, plural y solidario*, n. 6, 2000.

NKRUMAH, Kwame. *África deve unir-se*. Lisboa: Ulmeiro, 1977.

OCAMPO, J.A. La cooperación financiera: experiencias y desafíos. In: OCAMPO, José Antonio (org). *Cooperación financiera regional*. Libros de la CEPAL No91. Santiago de Chile: ECLAC, 2006, p 13-55.

PLUNLETT, Daniel. CEDEAO: Fase de negociação da Tarifa Exterior Comum. *AIRD- Associates for International Resources and Development*, September, 2006.

RIBEIRO, Luiz D. Da conquista européia à descolonização. In: VISENTINI, Paulo F; RIBEIRO, Luiz D; PEREIRA, Analúcia D (Orgs). *Breve Historia da África*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

TORRENT, Ramón. Una aproximación a la anatomía del MERCOSUR real. *Red Mercosur*, 2006. Disponível em: <http://www.redmercosur.org.uy/?q=node/57>. Acesso em: 30 Dezembro de 2010.

UEMOA. Rapport Annuele de la comission suer le fonctionnement et l'évolution de l'union. *Union Economique et monetaire Ouest Africaine*, 2006.

_____. Rapport Semestriel d'execution de la Surveillance Multilaterale. *Union Economique et monetaire Ouest Africaine*, 2009.

_____. Regional Economic Program (REP) 2006-2010: Summary Report. *West African Economic and Monetary Union*, 2006.

UNIÃO AFRICANA. *Relatório de estudo de viabilidade sobre criação de bolsa Pan-africana de valores*. Departamento de assuntos econômicos, 2008.

WAMI. Annual report for the tear ended 31st December 2008. *West African Monetary Institute*. Accra, 2009.

WAMI/IMAO. Macroeconomic development and convergence report for the firs half of 2003. *West African Monetary Institute*. Accra, August, 2003.



ZOCTIZOUM, Yarisse. *Histoire de la Centrafrique: Les diamants de la Trahison*. Paris : Pharos, 2006.

Artigo recebido dia 02 de Outubro de 2011. Aprovado em 27 de Outubro de 2011.

RESUMO

Os blocos econômicos regionais estão sendo na atualidade instrumentos importantes na luta contra a pobreza, subdesenvolvimento e inserção na economia global e a África Ocidental (AO) apresenta como uma das regiões mais interessadas. Consciente desta realidade, o artigo trabalha com a hipótese de a integração ser a condição *sine qua non* mesmo que insuficiente para o desenvolvimento da região. O objetivo é demonstrar as diversas iniciativas integracionistas na AO, os logros obtidos apesar da especificidade da região, assim como as adversidades e obstáculos encontrados. Conclui-se que apesar dos problemas e mesmo que essa integração não siga os padrões ocidentais, o estabelecimento de uma união monetária numa zona sem condições mínimas por si só, é um êxito, opondo desta forma as críticas da literatura ocidental que quase sempre catalogam de fracassadas as integrações africanas.

PALAVRA-CHAVE

Integração regional, África Ocidental, desenvolvimento, ocidente.

ABSTRACT

The regional economic blocs are today important tools in the fight against poverty, underdevelopment and the global economy and integration in West Africa (WA) presents one of the regions most affected. Aware of this reality, the article deals with the hypothesis that integration is the condition *sine qua non* even if insufficient for the development of WA. The objective is to demonstrate the various integrationist initiatives in WA, the achievements obtained despite the specificity of the region, as well as the odds and obstacles encountered. We conclude that despite all the problems and even if such integration does not follow Western standards, the establishment of a monetary union without a minimum area itself is a success, some critics oppose this form of Western literature ever catalog failures of the African integration.

KEY-WORDS

Regional integration, Western Africa, development, Western Countries.